

Este artigo é uma continuação do trabalho "O ensino de 2º grau: democratização? profissionalização? ou nem uma coisa nem outra?" publicado nos Cadernos de Pesquisa nº 47 (nov. 83).

O ALUNO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES A NÍVEL DE 2º GRAU: UM RETRATO SEM RETOQUES

*Maria Laura P. Barbosa Franco
Maria Inês S. Durigan*

Da Fundação Carlos Chagas

RESUMO

Dentre as mediações que se interpõem entre a proposta de profissionalização do ensino de 2º grau e a realidade objetiva, optamos por começar identificando as condições de subsistência, dificuldades, expectativas e aspirações de alunos de cursos profissionalizantes.

Apresentamos dados provenientes de 4 escolas técnicas estaduais e de 112 alunos de cursos profissionalizantes.

Procuramos focalizar principalmente as questões acerca da relação entre Escola e Trabalho e aquelas relativas à terminabilidade ou continuidade a nível de 2º grau.

SUMMARY

Aiming to clear the mediations between the "high school" professional training proposal and the objective reality, we decided to try to identify the living conditions, the expectations and future plans of the students engaged in the professional training courses.

Our data were obtained from 4 State Technical School and from 112 students engaged in several professional training courses.

Ours study's focus is on the relations between school and work (job) and on questions about the role the professional high school plays regarding College preparation or work training.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No debate dos desacertos que permeiam o sistema educacional brasileiro, a escola de 1º grau tem sido o centro das atenções dos educadores e pesquisadores. Mesmo aqueles que se dedicam ao estudo da Universidade, na maioria o fazem para buscar, via capacitação de recursos humanos, alternativas de melhoria do ensino de 1º grau.

Tal convergência de interesses parece-nos justificável seja porque reconhecemos a magnitude dos proble-

mas que se instalam no 1º grau, seja por considerá-lo fundamental para qualquer proposta mais ampla de democratização do ensino.

No entanto, não podemos deixar de levar em conta que as mazelas que afligem o ensino de 1º grau, tendo sua origem nos males estruturais da sociedade brasileira, atingem o ensino de 2º grau com tanta ou mais intensidade com que atingem o grau que o antecede. Além disso, a expansão quantitativa do 2º grau, observada nas últimas décadas, tem contribuído para o aparecimento de problemas adicionais.

No plano sócio-político, a coexistência de um aumento de oportunidades educacionais a nível médio, junto com a presença de considerável parcela da população excluída de todo acesso à educação, cria condições particularmente complexas no que diz respeito à vigência de uma ordem democrática. (Rama, 1978).

No plano econômico o aumento da oferta de escolarização média está acelerando processos de desvalorização da educação básica como condicionante para o ingresso no mercado de trabalho, mesmo que seja em ocupações manuais não-especializadas.

A todos esses aspectos acrescenta-se o fato de que estamos ainda sob o impacto de uma reforma que pretendeu atribuir a esse nível de ensino um caráter terminal e diretamente voltado para a formação de técnicos a nível médio. (Cf. Lei 5692/71)

Não pretendemos retomar aqui todos os argumentos que já foram utilizados para explicar as intenções manifestas ou ocultas de um pequeno grupo de planejadores educacionais que, em 1971, possibilitou a emergência de tal proposta.

Gostaríamos apenas de ressaltar — ainda que superficialmente — alguns aspectos acerca do processo de elaboração e tentativa de implantação da "profissionalização universal e compulsória, a nível de 2º grau".

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que consideramos a referida proposta como uma inovação educacional do tipo "ruptura brusca" em oposição a "mudanças lentas e graduais".

As "reformas lentas e graduais" são aquelas que comportam algum grau de novidade, mas procuram se adequar à ordem estabelecida, aos padrões aceitos, aos valores consagrados. Já as "rupturas bruscas" caracterizam-se por serem inovações que rompem com o que existe para propor o que pode vir a ser. São, igualmente, aquelas que exigem maior flexibilidade e predisposição no tipo orgânico de uma sociedade para que possam persistir.

Neste sentido, indagamos: que ruptura estava associada (em 1971) à qualificação profissional, a nível de 2º grau, nos termos da Lei 5692/71? Que representações sociais estavam em jogo?¹

É sabido que o ensino profissionalizante no Brasil, sempre foi concebido e socialmente representado como uma modalidade de ensino destinada às classes subalternas, aos "filhos dos desfavorecidos da fortuna", aos pobres, desamparados e órfãos. Em contraponto: a existência do ensino "acadêmico", destinado à elite e às classes dirigentes, sedimentando valores tais como a importância dada à atividade intelectual, o menosprezo pela atividade manual e o significado do diploma de curso superior.

Sabemos que essa dicotomia sempre esteve presente no sistema educacional brasileiro. Todavia ela passa a ser uma característica da educação de nível médio, quando na década de 40, se desloca para esse nível de ensino, a responsabilidade pela qualificação profissional. Ou seja, nessa época, com a aprovação das Leis Orgânicas dos Ensinos Secundário, Industrial, Comercial, Normal e Agrícola, cristaliza-se, no plano legal, um duplo sistema de ensino secundário, com objetivos, conteúdos e finalidades distintas. Por um lado, a existência de cursos "acadêmicos", desvinculados do mundo do trabalho, organi-

zados de forma a possibilitar, a seus concluintes, o ingresso nas Universidades e com a finalidade de "formar individualidades condutoras". Por outro lado, o ensino profissional — representado socialmente como o "prêmio de consolação" para os jovens de menor poder aquisitivo — e destinado à formação de trabalhadores nas áreas técnico-industrial, comercial e de serviços.

Até 1971, todas as tentativas efetuadas para romper essa dicotomia foram soluções conciliatórias; deliberações reformistas dentro da ordem; que implicavam em mudanças lentas e graduais.

Isso porque tinham como modelo um curso secundário assentado numa característica de *continuidade*, opondo-se, pois, ao caráter de *terminalidade* a ser delegado (em 1971) ao 2º ciclo. Ou seja, todas as tentativas aventadas sempre foram voltadas à equiparação dos cursos técnicos ao propedêutico secundário, atenuando-se as peculiaridades dos primeiros e removendo-se, gradualmente, as barreiras entre eles e a universidade. (Cury, 1982).

Mas, o que aconteceu em 1971 ao promulgar-se mediante a Lei 5692/71 a "profissionalização universal e compulsória a nível de 2º grau", foi uma reviravolta de 180º, na medida em que, praticamente, se pretendia uma equiparação formal do curso secundário aos cursos técnicos.

Foi, pois, uma proposta de transformação estrutural uma vez que, em sua gênese, implicava na substituição do modelo humanístico/científico do 2º grau propedêutico por um novo modelo: o tecnológico/terminal.

Além disso, carregava no seu bojo a suposição de que o desprestígio em relação ao ensino profissional pudesse ser facilmente removido, bem como a dualidade do sistema educacional brasileiro que se encarrega, desde sua criação, da socialização diferencial entre trabalhadores intelectuais e manuais.

Não temos intenção de discutir, nesse momento, o mérito, vantagens ou desvantagens do ensino profissionalizante a nível de 2º grau. Trata-se, apenas, de levar em conta que toda mudança que implica numa alteração de estruturas existentes, e que obriga (de cima para baixo) a modificar representações, valores, atitudes e competências, tende a encontrar forte resistência.

Isso é particularmente verdadeiro se considerarmos que havia inércia no sistema e em situações onde prevalecem firmeza nos costumes e onde a autoridade é inalterável, a "variação é considerada uma interrupção desordenada da rotina fixa e, portanto, a priori, uma heresia, uma sedição e um perigo. Se se reconhece sua importância e é adotada passa a ser despojada de todas as qualidades que não estão em harmonia com o procedimento consagrado." (Wanderley, 1980).

Neste sentido, pode-se afirmar que a proposta do Ensino Profissionalizante previsto na Lei 5692/71 revela, no mínimo, a insensibilidade de seus planejadores frente à necessidade de levar em conta as contradições, exigên-

¹ Essas questões são extremamente complexas e implicam numa análise histórica para que possam ser convenientemente respondidas. Nos limites desse trabalho, vamos tentar respondê-las, apenas em termos gerais.

cias sociais e econômicas da sociedade; as pressões e reivindicações sociais; e as necessidades e expectativas daqueles que serão necessariamente afetados por deliberações reformistas (pais, alunos, professores) para a implantação de uma nova ordem educacional.

É mais um exemplo a revelar a enorme distância que existe, no Brasil, entre os textos legais e a realidade. Sem a participação dos múltiplos atores que trabalham em educação e sem a análise conjuntural da sociedade brasileira e das necessidades concretas da população, o ensino profissionalizante está hoje produzindo os frutos já previstos em 1973: falsificação grosseira de suas finalidades, desqualificação e fracasso.

Onze anos se passaram e perguntamos: o que tem sido feito para solucionar os problemas decorrentes dessa proposta inviável?

A nível de soluções concretas têm sido utilizados os mesmos mecanismos que os criaram: Decretos, Resoluções, Pareceres, Portarias etc., enfim, instrumentos legais elaborados em gabinete, repetindo a orientação dominante no Brasil, qual seja propor mudanças educacionais de cima para baixo, via legislação.

Num nível que chamaríamos de mais "acadêmico" temos convivido com inúmeros debates, polêmicas e com uma considerável parcela de educadores que se colocam contra ou a favor do ensino profissionalizante, valendo-se para isso de pressupostos gerais e teóricos ou de análises macro-estruturais e históricas. O que não se observa, na quantidade e qualidade desejáveis, é a existência de estudos empíricos que possam oferecer subsídios para a redefinição de políticas do ensino profissionalizante.

Isso não significa descartar a participação de especialistas nos processos decisórios, nem desmerecer o valor dos estudos teóricos. Significa, apenas, acreditar que para conhecer a realidade em sua totalidade é necessário partir do concreto para atingir o abstrato e, uma vez claramente estabelecidos os conceitos, regressar ao concreto para os enriquecer com toda a complexidade de suas determinações.

Como bem assinalou K. Marx: "O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduz a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento."

Ora, as reformas são mudanças conjunturais que ocorrem em estruturas concretas já existentes. Daí, e sob pena de incorreremos no risco de mudar por mudar, torna-se indispensável recorrer a dados empíricos quantitativos que concentrem a possibilidade de desvendar áreas críticas, pontos de estrangulamento, acertos e desacertos deste ou daquele nível de ensino. Todavia, é preciso levar em conta que a simples descrição quantitativa da realidade objetiva não garante sua compreensão. É preciso transformar seus fatos isolados em categorias analíticas; desvendar suas contradições; e aprender a trabalhar com suas mediações.

Sabemos que são múltiplas e extremamente complexas as mediações que se interpõem entre a proposta de profissionalização do ensino de 2º grau e a realidade objetiva. Seria pois uma ingenuidade pretender esgotá-las nos limites desse trabalho.

Dentre a multiplicidade de aspectos passíveis de investigação empírica, optamos por começar identificando as condições de subsistência, necessidades, dificuldades, expectativas e aspirações de alunos de cursos profissionalizantes.

Tal decisão justifica-se duplamente. Em primeiro lugar porque é extremamente reduzido o número de pesquisas desenvolvidas junto a alunos de 2º grau. Os educadores, preocupados com o ato pedagógico, têm, na maioria das vezes, canalizado seus esforços na análise dos currículos e na observação do comportamento do professor. O aluno, em geral, é relegado a segundo plano. No entanto, o aluno é peça fundamental para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem; e conhecê-lo é indispensável para a definição de diretrizes políticas e educacionais. Em segundo lugar é preciso levar em conta que a população que hoje pleiteia e frequenta o ensino de 2º grau é muito diferente daquela que o fazia há 10 anos atrás. Até bem pouco tempo, poderíamos pensar que os candidatos ao ensino de 2º grau seriam apenas jovens de "classe média" ou de elite já que os menos privilegiados abandonam a escola nas primeiras séries escolares. Hoje, sabemos que a demanda por esse nível de ensino, por parte de jovens provenientes de bairros periféricos, tem aumentado a cada ano.

Um exemplo do que acabamos de afirmar refere-se à iniciativa tomada por representantes do Centro de Clubes de Mães sediado nos bairros de Perus, Pirituba e Jaguará, que se organizaram na tentativa de se fazer ouvir pelas autoridades, com o objetivo de expor seus descontentamentos e reivindicações. Esses representantes procuraram o Secretário de Educação do Estado de São Paulo não apenas para reivindicar mais escolas de 2º grau, como também para solicitar um aumento de instalação de cursos profissionalizantes de 2º grau em escolas da rede oficial já existentes na região. (Folha de São Paulo 18/05/1982 p. 18).

Tal carência foi constatada em pesquisa que o centro desenvolveu em 48 escolas da rede estadual e municipal, sendo consultados não apenas diretores, professores e alunos de 6ª a 8ª séries do 1º grau, mas também moradores de 70 vilas num total aproximado de 2.500 pessoas.

Segundo o Centro do Clube de Mães, a pesquisa constatou que o número de escolas de 2º grau é insuficiente para atender a demanda de concluintes do 1º grau. Por isso, muitos deles são obrigados a interromper os estudos, viáveis apenas em bairros distantes, devido à incompatibilidade entre o horário de trabalho e de entrada em aulas.

De acordo com os dados da pesquisa 96,5% dos alunos da 8ª série do 1º grau consultados pretende cursar o 2º grau profissionalizante pois, conforme explicou uma das representantes do centro, poderão ter posteriormente acesso à universidade e, ao mesmo tempo que estudam, terão condições de obter um trabalho melhor remunerado e custear, com isso, sua escolaridade futura,

bem como auxiliar no orçamento doméstico de suas famílias.

Iniciativas como essa tornam-se muito importantes se analisarmos os dados a seguir.

A região onde foi realizada a pesquisa caracteriza-se por ser um conglomerado urbano de periferia com uma concentração razoavelmente significativa de jovens em idade escolar (48.095) o que representa aproximadamente 7% do total de jovens de 15 a 18 anos residentes em São Paulo. Nessa região aproximadamente 60% da população tem um rendimento mensal que não ultrapassa a faixa de até 5 salários mínimos regionais. Lá existem (em 1982) apenas 11 escolas estaduais de 2º grau e 2 particulares. Do total desses 48.095 jovens entre 15 e 18 anos residentes no local apenas 10% (5016) estão matriculados nas escolas estaduais existentes e 1,25% (601) nas particulares. Em suma, 88,7% estão fora da escola de 2º grau.²

Como segundo exemplo, selecionamos outra notícia que recentemente (18/08/1983) ocupou um espaço na grande imprensa sob o título "Curso Profissionalizante uma opção para o desemprego":

Um número significativo de metalúrgicos foi obrigado a abandonar a profissão desde que a indústria automobilística sentiu os efeitos da crise econômica; passando a reduzir a oferta de empregos. Alguns optaram por freqüentar cursos bem diferentes de sua área: tornaram-se garçons e cozinheiros, profissões mais rentáveis no momento. Donas-de-casa que jamais sonharam em trabalhar fora, estão se matriculando, cada vez mais, em cursos profissionalizantes de curta duração, pensando em contribuir com o orçamento doméstico. O mesmo acontece com jovens de formação universitária, que não conseguem emprego em sua profissão e jovens insatisfeitos com o ensino oficial de 1º e 2º graus, convictos de que não terão condições de fazer uma faculdade. Todos disputam uma vaga que lhes garantirá pelo menos, uma profissão em curto período.

Contudo, esses cursos, ministrados por instituições particulares, ligadas à indústria, comércio, governos federal e estadual, não estão acompanhando a demanda.

A nível de ensino oficial, por enquanto, a esperança está depositada na definição de uma nova política educacional da Secretaria Estadual de Educação. A obrigatoriedade dos cursos profissionalizantes, através da Lei nº 5692, de 1971, foi extinta no ano passado. Mesmo assim, a Secretaria mantém os cursos de Formação Profissional Básica (FPB) e os supletivos profissionalizantes, até que as turmas atuais terminem.

A Secretaria vem repensando-os e já está encaminhando documento às escolas da rede oficial, propondo a discussão da profissionalização e o ensino do 2º grau. Espera, assim, até o final deste ano, definir a nova política de educação, a ser concretizada no próximo ano letivo. (Folha de São Paulo, 18/08/1983)

Acreditamos poder contribuir para a definição dessa política, na medida em que pretendemos aumentar o

acervo das informações disponíveis, via o fornecimento de dados acerca de alunos dos cursos profissionalizantes a nível de 2º grau. Dados que objetivam retratar tais alunos "sem retoques". Ou seja, em sua realidade concreta e objetiva que se expressa nos mecanismos utilizados para a produção e reprodução de suas condições de subsistência e nas representações sociais que apreendem, elaboram e transmitem verbalmente.

Para que isso seja possível estamos realizando uma pesquisa junto a alunos de 2º grau³, na tentativa de identificar quem são esses alunos e que dificuldades enfrentam na produção e reprodução de suas condições materiais de subsistência; até que ponto sua situação atual no mercado de trabalho corresponde ou está de alguma forma articulada ao curso que realizam; quais são suas principais expectativas frente à escola de 2º grau, à universidade e à profissionalização a nível médio.

AS ESCOLAS E OS CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Já tivemos oportunidade de explicitar em outras ocasiões⁴, as distorções existentes entre as instruções da Lei 5692/71 e a real oferta de cursos profissionalizantes na Cidade de São Paulo.

Permitimo-nos retomar, aqui, algumas dessas idéias, para elucidar em que contexto estão inscritos os dados a serem apresentados nesse trabalho.

Para tal, a nosso ver, é necessário começar por identificar qual é o leque de modalidades de cursos profissionalizantes⁵ que se oferece aos jovens paulistanos.

As alternativas dos cursos profissionalizantes, tal qual listados nos Anexos do Parecer 45/72 (CFE) ultrapassam a uma centena. Todavia, no Município de São Paulo, existem, efetivamente, apenas 39 modalidades de tais cursos.

E nessa oferta, destaca-se a participação da rede particular de ensino. A ela cabe o oferecimento de 37 Habilitações Plenas, enquanto que a rede estadual limita-se a oferecer somente 16.

É ela também que assina com exclusividade 23

² Projeções avançadas para 1982 do Censo de 1980, COGEP, 1982; Mapa de Movimento (Janeiro a março de 1982) das escolas de 2º grau do Município de São Paulo SE/São Paulo.

³ No presente trabalho, apresentaremos conclusões parciais e relativas a alunos de Cursos Profissionalizantes de 4 escolas estaduais. No entanto, nossa pesquisa como um todo, financiada pelo INEP e que conta com a participação de Edígenes Aragão e Maria Inês Rosa, é mais ampla e está sendo desenvolvida junto a 25 escolas de 2º grau (profissionalizante ou não) das redes estadual e particular de ensino.

⁴ Cf. FRANCO, Maria Laura et alii, 1983.

⁵ Estamos entendendo por cursos profissionalizantes aqueles que estão organizados no sentido de oferecer aos alunos *Habilitações Plenas*; que visam à preparação integral do técnico de nível médio; que se assentam no pressuposto da terminalidade; e que objetivam o encaminhamento do aluno às ocupações de determinadas áreas de atividades econômicas (cf. CFE, Parecer 45/72).

Habilitações Plenas⁶, enquanto a rede estadual apenas duas⁷. Verifica-se duplicidade de ação de ambas as redes em 14 Habilitações: Técnico em Contabilidade; Secretariados; Magistério; Assistente de Administração; Publicidade; Edificações; Eletrônica; Eletromecânica; Redator Auxiliar; Decoração; Enfermagem; Desenho de Comunicação; Eletrotécnica e Mecânica.

No entanto é preciso levar em conta que essa diversificação de ofertas representadas, seja por 37 modalidades de ensino da rede particular, seja pelas 16 de rede estadual, é apenas aparente.

Mesmo as escolas particulares que, à primeira vista, parecem estar preocupadas em colocar à disposição dos alunos uma gama bem variada de cursos profissionalizantes, em verdade, centralizam as ofertas em, basicamente, cinco modalidades de ensino: Técnico em Contabilidade (oferecida por 116 unidades escolares, dentre as 279 escolas particulares existentes); Técnico em Secretariado (oferecida por 87 escolas); Técnico Assistente de Administração (oferecida por 78 escolas); Magistério (oferecida por 50 escolas); e Técnico em Eletrônica (oferecida por 32 escolas).

Conseqüentemente, os dados relativos ao número de alunos matriculados em cursos profissionalizantes de 2º grau do Município de São Paulo, reproduzem as mesmas tendências: do total desses alunos (84.250) cerca de 81% (68.225) estão em escolas particulares, contra apenas 16.025 (19%) que procuram se profissionalizar em escolas estaduais; e a escolha da Habilitação Técnica a ser cursada está diretamente relacionada à oferta do sistema escolar e se concentra nos cinco cursos técnicos anteriormente referidos.

Resta indagar se essa maior concentração de matrículas nesses cursos técnicos (Técnico em Contabilidade, em Secretariado, em Assistente de Administração, Magistério e Eletrônica), que em sua grande maioria encaminham seus egressos para o desempenho profissional no setor terciário de economia e que do ponto de vista diático-pedagógico dispensam equipamentos onerosos podendo funcionar apenas na base da "saliva, quadro negro; e giz" . . . , pode ser explicada por um real interesse da clientela pelas correspondentes áreas econômicas.

É muito provável que isso ocorra simplesmente porque são essas as cinco Habilitações que estão efetivamente à disposição da clientela desejosa de obter uma qualificação profissional ao término do curso de 2º grau.

Assim, ao invés de correção de anomalias existentes constatam-se novas distorções via saturação do mercado pela existência desigual de opções profissionalizantes.

Com efeito, as verdadeiras opções podem estar mascaradas pelas opções possíveis, dificultando a análise das expectativas e aspirações dos alunos e egressos desses cursos.

Questões como essas e os dados acerca da realidade dos cursos profissionalizantes da Cidade de São Paulo, nos levaram a decidir contatar alunos de escolas intencionalmente escolhidas.

Optamos por trabalhar com 4 escolas estaduais sendo duas consideradas como Escolas Técnicas de "boa qualidade" por sua tradição no ensino técnico industrial (Escola A) e no ensino técnico comercial (Escola B). Em oposição a esse primeiro conjunto de escola, escolhemos outras duas que também oferecem, respectivamente cursos profissionalizantes da área técnico-industrial (Escola C) e cursos profissionalizantes da área técnico-comercial e serviços (Escola D). No entanto, essas duas últimas escolas (C e D) são escolas de periferia, e não tradicionalmente conhecidas como escolas técnicas estaduais, pois optaram pela oferta de Habilitações Plenas e pela formação integral de técnicos de nível médio, após a Lei 5692/71.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza as principais características das escolas em estudo.

6 Tradutor-Intérprete; Patologia Clínica; Química; Processamento de Dados; Turismo; Programação de Sistemas Petroquímica; Agrimensura; Artes Gráficas; Estatística; Telecomunicações; Agropecuária; Comercialização e Mercadologia; Desenho de Construção Civil; Desportos; Farmácia; Prótese Dentária; Metalurgia; Plásticas; Serviços Bancários; Têxtil; Transações Imobiliárias; Mecânica de Precisão.

7 Nutrição e Dietética; Economia Doméstica.

QUADRO 1
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA AMOSTRA

Código da Escola	Características Históricas e de Funcionamento	Área de Formação	Habilitações Oferecidas
A	- Escolas de tradição profissionalizante - Antigos Centros Estaduais Interescolares - Atendimento de clientela predominante de "classe média"	Ensino Técnico Industrial (Setor Secundário)	Técnico em Edificações Técnico em Eletrônica Técnico em Eletrotécnica Técnico em Mecânica Téc. em Nutr. e Dietética
B	- Ingresso através de exame de seleção ("vestibulinho")	Ensino Técnico Comercial e Serviços (Setor Terciário)	Técnico em Assistente de Administração Técnico em Contabilidade Técnico em Secretariado
C	- Escolas que não carregam a marca de serem de tradição profissionalizante - Optaram pela profissionalização após a Lei 5692/71	Ensino Técnico Industrial (Setor Secundário)	Técnico em Decoração Técnico em Eletrônica Técnico em Mecânica
D	- Atendimento de clientela predominante de periferia - Não necessidade de exame de seleção para o ingresso	Ensino Técnico Comercial e Serviços (Setor Terciário)	Técnico em Assistente de Administração Técnico em Contabilidade

OS CURSOS E SEUS ALUNOS

Foram contatados 116 alunos das séries finais (3ª ou 4ª) dos cursos profissionalizantes, do período diurno e noturno das escolas já caracterizadas no Quadro 1.

A esses alunos foi aplicado um questionário do tipo "enquete participante", onde questões fechadas e abertas possibilitam a oportunidade de refletir acerca das desigualdades sociais existentes, de suas próprias condições de subsistência e sobre os aspectos importantes do mundo do trabalho.

Em termos proporcionais 116 sujeitos correspondem a 10,7% do total de alunos (1077) matriculados nas séries finais dos cursos profissionalizantes das áreas técnico-industrial e comercial das escolas estaduais contatadas.

Resta ainda observar que os dados a serem apresentados nesse trabalho incorporam um duplo nível de especificidade. Como se verá, subseqüentemente, na maioria das vezes referem-se à totalidade dos alunos que compõem nossa amostra.

No entanto, tivemos o cuidado de analisá-los por escola ou mesmo por período de funcionamento do curso, toda vez que essa providência se mostrou necessária e desejável.

OS ALUNOS: CARACTERÍSTICAS DEFINIDORAS

Dentre os 116 correspondentes, 77 (67%) estão na faixa etária cujos limites registram 16 e 18 anos de idade; 32 (27%) têm entre 19 e 21 anos de idade; e apenas 7 (6%) têm mais do que 21 anos. Encontram-se, pois, em uma faixa etária "idealmente" prevista para esse nível de escolaridade, sendo que, em termos percentuais, a maior concentração de alunos mais velhos tende a se localizar — ainda que timidamente (20%) — na escola D: nitidamente de periferia e oferecendo habilitações plenas no setor terciário de economia (comércio e serviços).

No que se refere ao sexo, podemos dizer que nossos sujeitos estão representados quase que equitativamente, uma vez que 63 (54%) são do sexo masculino contra 53 (43%) do sexo feminino. O interessante é notar que, dentre os respondentes do sexo masculino, a maioria (70%) está cursando habilitações da área técnico-industrial (mecânica, eletrotécnica, eletrônica, eletromecânica etc.), evidenciando, assim, a presença da discriminação sexual no que diz respeito à opção profissional e à divisão técnica do trabalho. Em conseqüência, dentre os jovens de nossa amostra, 71% procuram se profissionalizar na área de comércio e serviços, para exercer funções ocupacionais socialmente representadas como mais adequadas ao sexo feminino: secretárias, nutricionistas, decoradoras etc.

Quanto à renda per capita da unidade doméstica de nossos sujeitos (Tabela 1), a metade localiza-se na faixa que oscila entre menos do que 1 até 2 salários mínimos, contribuindo para essa concentração os dados relativos aos alunos das escolas periféricas C e D onde 51,4% e 80%, respectivamente, se enquadram nessa categoria, e 25,9% dos sujeitos se encontram na faixa onde se registra uma renda per capita de entre 2 e 4 salários mínimos; apenas 9,5% afirma contar com uma renda que ultrapassa 4 salários mínimos.

Em que pese essas diferenças entre as escolas, de um modo geral, podemos concluir que se torna cada vez mais urgente a existência de escolas públicas para alunos de 2º grau já que os mesmos provêm de famílias que não têm condições de suportar o ônus financeiro que significa pagar mensalidades de escolas particulares.

Em conseqüência dessa realidade, todos eles pleiteiam a existência de escolas de 2º grau de "boa qualidade", ainda que isso se faça nos limites demarcados pelas condições materiais dos diferentes grupos de alunos que compõem nossa amostra.

Assim, os alunos da periferia (escolas C e D) almejam cursar o 2º grau em escolas estaduais mais centrais ou em escolas técnicas federais, pressupondo encontrar

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA RELATIVA DA RENDA MENSAL PER CAPITA
DA UNIDADE FAMILIAR DOS SUJEITOS DA AMOSTRA

Renda per Capita (em salários mínimos)	Escolas				Total
	A	B	C	D	
menos do que 1 até 2	36,4%	55,4%	51,4%	80,0%	52,6%
2 até 4	45,4%	19,1%	24,3%	20,0%	25,9%
4 e mais	18,2%	8,5%	8,1%	—	9,5%
Sem informação	—	17,0%	16,2%	—	12,0%

nas mesmas recursos materiais e humanos mais qualificados. Lamentam, apenas, o fato de não terem conseguido passar no "vestibulinho" de tais escolas, ou a localização das mesmas: em geral muito distantes de suas residências. Já os alunos das escolas estaduais centrais (A e B) e admitidos mediante concurso de seleção, almejam frequentar escolas particulares mais bem conceituadas. Não o fazem pela sobrecarga financeira que isso representa.

No fundo, todos pleiteiam um ensino de melhor qualidade, seja para serem bons técnicos, seja para conseguir ter acesso à universidade. Sabem, no entanto, que esse é um privilégio de uma diminuta parcela da população cuja renda per capita permite sustentar um ensino de 2º grau de elite e ministrado nos colégios particulares.

Essas e outras constatações nos fazem refletir acerca das condições de subsistência dos alunos de cursos profissionalizantes de escolas estaduais e nos encaminham a uma outra dimensão de análise qual seja identificar as condições de trabalho desses alunos.

ESCOLA E TRABALHO

Da totalidade de alunos consultados (116), 72 (60%) frequentam a escola no período noturno. Dentre esses, 84,7% (61) trabalham ao mesmo tempo em que estudam. Tendo-se por base a totalidade dos respondentes essa proporção diminui e acusa uma porcentagem de 65% de alunos trabalhadores.

Considerando a expressividade dessas porcentagens procuramos, em primeiro lugar, detectar os motivos escolhidos pelos alunos, para justificar o fato de nunca terem trabalhado, ou a condição de não estarem trabalhando no momento.

Evidentemente, existe uma porcentagem insignificante (0,5%) daqueles que nunca trabalharam porque "não houve necessidade", ou porque "os pais não permitiram".

Existem, por outro lado, 17 alunos (14,8%) que já trabalharam, mas não estão trabalhando, no momento. Como era de se esperar a metade desses alunos está nessa situação em consequência da crise econômica que assola o país, já que afirmam não estar trabalhando porque "a firma faliu", "houve corte de pessoal", ou mesmo porque foi mandado embora "quando tirou a carteira de maior". Com exceção de uma jovem que não "trabalha fora" por ser encarregada dos serviços domésticos, a outra metade dentre esses mesmos 17 alunos declara ter saído do emprego devido à incompatibilidade entre escola e trabalho. E nesse embate, sempre que possível, a escola leva vantagens pois continua sendo vista como um bem social indispensável à inserção no mercado de trabalho e à ascensão profissional e social.

Assim é que alguns alunos afirmam "ter saído do emprego para estudar porque eles (os patrões) só valorizam os estudados". Outros, para fazer o 2º grau, mobilizam toda uma família e contam com uma parcela de sacrifício de cada um de seus elementos: "parei de trabalhar para poder concluir o 2º grau. Não que eu possa viver sem trabalhar, mas todos lá em casa — meus pais e meus irmãos mais velhos — decidiram me ajudar para que eu possa estudar e depois contribuir".

A maioria, porém, não conta com essas regalias e se vê obrigada a compatibilizar estudo e trabalho. E essa compatibilização torna-se particularmente difícil para os alunos dos cursos noturnos que trabalham em tempo integral.

Na medida em que estamos prioritariamente interessados em analisar as condições de trabalho (dos alunos), em sua relação com a escola, nos limites dessa pesquisa, vamos centralizar nossos esforços na análise das condições de trabalho dos 84,7% de alunos do curso noturno que estudam e trabalham.

Dentre eles predominam os trabalhadores assalariados, registrando-se a diminuta porcentagem (4%) daqueles que trabalham por conta própria.

Basicamente, executam serviços administrativos de rotina no setor da Indústria (37%) e no setor de Comércio e Serviços (49%).

A gama dos tipos de trabalho abrange 10 títulos ocupacionais, praticamente equivalentes quanto às habilidades necessárias para o desempenho das respectivas funções.

A maior concentração dos jovens exerce funções de auxiliares de escritório (35,3%), cabendo aos demais as funções de recepcionistas; telefonistas; balconistas; almoxarife; vendedor; "office-boy"; secretários; digitadores de cartões para processamento de dados; e responsáveis por confecção de bijouterias, enfeites e artesanato em couro.

Dentre os alunos que trabalham no setor da Indústria, 23,1% o fazem na condição de estagiários cujas atividades profissionais se encaixam na categoria de "técnico de nível médio".

Isso não significa, porém, que estejam em uma situação totalmente privilegiada, pois muitos deles, além de sofrerem conhecida exploração a que são submetidos os estagiários, encontram-se em condições empregatícias irregulares já que não possuem registro em carteira.

Essa mesma desvantagem é apontada pelos sujeitos que trabalham para parentes ou em negócios da família. Raros, porém significativos, são os casos de jovens que trabalham em firmas comerciais e de serviços, e que embora não mantendo nenhum laço de parentesco com o empregador, encontram-se igualmente privados de um dos mais elementares direitos previstos na legislação trabalhista, qual seja o registro em carteira.

No que diz respeito ao nível de salários dos alunos em estudo, constata-se que 47,8% encontram-se em uma faixa salarial que oscila de 0 a 2 salários mínimos; 24,6% estão localizados na faixa salarial entre 2 e 3 salários mínimos; 20% ganham 3 salários mínimos e meio; e 7%⁸ recebem por volta de 4 salários mínimos.

À primeira vista, esses dados podem parecer aceitáveis tendo em vista as atuais dificuldades decorrentes do desemprego, subemprego e rotatividade de mão-de-obra. Todavia, é preciso levar em conta que a grande maioria (atingindo a expressiva proporção de 85%) desses alunos enfrenta sobrecarga de trabalho, dedicando às suas funções um número igual ou superior a 8 horas diárias de jornada, sendo que apenas 34,5% limitam-se a 8

⁸ Os mais velhos e há mais de dois anos na mesma firma.

horas. Os demais, representando os que ultrapassam esse limite (50,5%) dispõem, portanto, 9 e às vezes 10 horas diárias para dar conta de suas necessidades de sobrevivência material.

Isso sem contar com o tempo gasto em ônibus ou trens super-lotados no percurso dos trajetos casa-trabalho-trabalho-escola⁹.

O relato da rotina diária desses alunos, desvenda a quantidade de sacrifícios que são obrigados a se impor para trabalhar e ao mesmo tempo freqüentar o 2º grau: em geral, improvisam um "sanduíche" rápido durante o dia, "para aproveitar a hora de almoço", e à noite quando chegam à escola, estão com fome, pois, entre a saída do trabalho e a entrada em aulas, não existe espaço para jantar. Cansados, após as aulas, procuram se alimentar, tomar banho, ou mesmo "colocar em dia as tarefas escolares". Aproveitam os fins de semana para estudar (ou para fazer cursinho), e na época das provas finais tiram férias de trabalho.

Como se não bastassem todos esses percalços, em geral estão engajados em funções ocupacionais absolutamente desarticuladas com os cursos profissionalizantes que realizam, conforme atestam os dados apresentados anteriormente.

As principais exceções a essa regra dizem respeito à maioria (86,7%) dos alunos da escola A (Técnica Industrial) cujos concluintes do 2º grau (alunos de 4ª série) fazem estágio remunerado, ou são absorvidos pelo mercado de trabalho para o desempenho de funções condizentes com a formação profissional recebida.

Outras exceções são apresentadas por pequenas porcentagens de alunos das outras escolas (15,8% para a escola B; 7,7% para a escola C; e 33,3% para a escola D) que, da mesma forma, estão inseridos em tarefas ocupacionais compatíveis com a respectiva formação de técnico de nível médio.

Nesses casos se encaixam por exemplo os concluintes dos Cursos de Nutrição e Dietética que são responsáveis pelo controle de custos das refeições e pela avaliação da qualidade e quantidade de alimentos em uma metalúrgica; os concluintes dos cursos de eletrônica que são responsáveis pela reparação em placas eletrônicas de terminais de telex, pelo controle da entrada e saída de componentes eletrônicos e pela aplicação de testes em placas eletrônicas, em uma multinacional; e assim por diante.

Em que pesem tais exceções, os demais alunos trabalhadores, independentemente da Habilitação Plena em vias de conclusão, estão inseridos em ocupações profissionais para as quais seria necessário, no máximo, três meses de treinamento em serviço e nenhum curso profissionalizante: "office-boy"; responsável pelo xerox; recepcionista de consultório; feirante; balconista etc. . .

Aliás, diga-se de passagem, essa situação é encarada por grande parte de nossos sujeitos como geradora de conflitos e insatisfação pessoal no desempenho de suas funções ocupacionais.

Por outro lado, a correspondência entre o curso profissionalizante em vias de conclusão e o trabalho que realizam é apontada como uma justificativa para o sentimento de satisfação frente ao trabalho: "estou satisfeito porque exerço a profissão para a qual estudei"; "gosto do meu trabalho porque estou no ramo para o qual estou

sendo preparado"; ou ainda "estou satisfeita porque posso praticar o que estou aprendendo. . .".

Evidentemente existem outros motivos apontados para justificar uma satisfação ou para explicar insatisfação frente ao emprego atual. As alunas, por exemplo, embora reconheçam a má remuneração, e o excesso de trabalho, tendem a se colocar apenas parcialmente insatisfeitas pois valorizam o "coleguismo", o "bom ambiente de trabalho", "a oportunidade de lidar com pessoas" como características de um bom emprego.

A classificação ideológica de "trabalho sujo" e "trabalho limpo" também se faz presente na "fala" de alguns alunos, como por exemplo um filho de operário, que declara estar satisfeito porque "trabalhar no escritório me deixa orgulhoso", e um feirante que afirma "trabalhar na feira apenas para ajudar o pai enquanto estiver estudando, pois esse trabalho é para pessoas sem instrução".

Em síntese, pode-se afirmar que a articulação entre a inserção no mercado de trabalho e o curso profissionalizante assume uma importância bastante expressiva por parte dos alunos em estudo. O que em última instância se delinea, claramente, quando os alunos emitem suas opiniões acerca das vantagens e desvantagens dos cursos profissionalizantes ou quando apontam as principais razões pelas quais foram procurar tais cursos.

A discussão desses elementos será feita no item subsequente, voltando-se desta vez, a trabalhar com a totalidade dos sujeitos: 116.

TERMINALIDADE OU CONTINUIDADE?

A percepção que os alunos demonstram ter frente aos cursos de 2º grau, até certo ponto se distancia de nossa hipótese inicial.

Tem sido amplamente divulgada, por parte dos educadores, a crença de que o motivo mais relevante para a realização do 2º grau (profissionalizante ou não) está, na maioria das vezes, assentado numa perspectiva de continuidade.

Não descartamos totalmente essa possibilidade, mas preferimos analisá-la com cautela. Isso para evitar a existência de conclusões (muitas vezes apressadas e superficiais) que deixando de levar em conta o contexto onde são produzidas, acabam por disseminar generalizações inadequadas.

Assim é que, tratando-se dos alunos concluintes dos cursos profissionalizantes em estudo, apenas 15% declararam, explicitamente, estar no 2º grau para poder ingressar na faculdade.

Especialmente os alunos das escolas técnicas A e B, em sua grande maioria (75%) valorizam o caráter de terminalidade dos cursos profissionalizantes.

Em geral, demonstram bastante clareza em relação às dificuldades que irão enfrentar para prestar o vestibular e cursar uma faculdade e percebem o fato de poder "sair com uma profissão já ao final do 2º grau" como uma condição extremamente vantajosa. Acreditam que

⁹ Fato que é apontado como o maior problema a ser enfrentado por parte de nossos sujeitos.

um "diploma de técnico" vai lhes facilitar a inserção no mercado de trabalho ou mesmo lhes possibilitar o desempenho de funções mais bem remuneradas.

Sendo assim, acabam se perguntando se compensa continuar investindo (com tantos sacrifícios) na continuidade dos estudos a nível de 3º grau, seja porque reconhecem estar em condições de enfrentar, apenas, os vestibulares mais complacentes das faculdades particulares cujas mensalidades não podem pagar; seja porque o ensino universitário está, a cada ano, perdendo prestígio.

Carente do devido respaldo a nível do concreto, a ilusão de que "o anel de doutor" pode, indiscriminadamente aproximar o proletariado e a "classe média" da burguesia, parece que está perdendo sua força enquanto representação social capaz de interferir e determinar práticas individuais.

Nesse sentido, apenas 45,4% dos alunos da escola A e 44% da escola B pretendem fazer o vestibular ao final do 2º grau.

Mesmo quando não descartam totalmente essa possibilidade, a postergam para quando imaginam estar em melhores condições financeiras e no exercício das funções técnicas para as quais estão se formando.

Ao invés de enfrentar um vestibular, muitos alunos, como por exemplo as concluintes do Curso de Secretariado, declaram preferir fazer cursos de aperfeiçoamento em inglês, alemão, e taquigrafia visando com isso maior qualificação profissional de técnico de nível médio. Da mesma forma, alguns alunos dos cursos de Mecânica e Eletromecânica pretendem ingressar em cursos de especialização no SENAI para poder concorrer a uma vaga de Técnico em Mecânica de Precisão.

Não é muito diferente a situação dos alunos das escolas C e D. É no entanto bem mais grave no que se refere ao delineamento de expectativas pessoais e profissionais. Tanto os alunos das escolas A e B, como aqueles provenientes das escolas C e D, valorizam a característica definidora da terminalidade a nível de 2º grau qual seja a de possibilitar uma profissão de nível médio e/ou um diploma de técnico.

Todavia, 82% dos alunos da escola D e 63% dos alunos da escola C não se sentem capacitados a exercer a profissão para a qual estão se formando e admitem que as escolas deveriam estar mais bem preparadas, seja permitindo a realização do 4º ano na própria escola, para evitar remanejamentos muitas vezes inviáveis, seja contando com um maior número de instalações, equipamentos e professores qualificados.

Assim como os alunos das escolas A e B percebem a lacuna do 2º grau profissionalizante no que diz respeito à oferta de matérias básicas "exigidas no vestibular".

Duplamente defasados, apenas 37% da escola C e 30% da escola D pretendem enfrentar os exames vestibulares ao final do curso. De acordo com uma aluna da escola D isso representaria um desgaste inútil, pois "seria reprovada assim como 90% de seus colegas".

Se por um lado a barreira do vestibular é vista como um obstáculo ligado à precariedade da escolarização recebida, por outro lado a possibilidade de cursar uma faculdade é percebida como uma meta almejada, porém, praticamente impossível, devido aos entraves decorrentes de condições sociais e econômicas.

Muitos admitem, a nível das expectativas, que gostariam de ser engenheiros, médicos, psicólogos, arquitetos, etc. Todavia, 93% dos casos reconhecem que as pessoas não são livres para escolher as profissões que desejam.

Como principais obstáculos, destacam as necessidades materiais, a saturação do mercado, o desemprego, e a não-democratização do ensino que facilita o acesso ao ensino superior apenas àqueles que "têm dinheiro", ou que "não são obrigados a trabalhar em período integral".

Sem dúvida, a democratização das oportunidades educacionais¹⁰ tende a contribuir para o acesso, mais igualitário e menos seletivo, às ocupações profissionais de maior prestígio.

Na realidade, porém, a situação não é assim tão simples. O acesso à escola, ou às melhores escolas, e a duração da escolaridade são dimensões ligadas a condições sociais e econômicas mais amplas, que condicionam a trajetória escolar e ocupacional.

Sendo assim e pensando nos alunos dos cursos profissionalizantes de 2º grau, somos obrigados a concordar com Maria Aparecida Franco e Claudio de Moura Castro quando afirmam que: "os estudantes que chegam ao final do ensino médio já caminharam bastante na íngreme pirâmide educacional. Eles estão perto de pertencer ao segmento menor e mais selecionado da sociedade — o nível universitário. . . O próprio ensino profissionalizante situa-se muito alto na escala educacional. Possivelmente aqueles que há muito tempo aspiram às ocupações para as quais a escola prepara, já deixaram há muito tempo as escolas. . ."

Apesar dessa incontestável realidade, não se justifica o raciocínio de muitos educadores quando admitem que de pouco adianta repensar a escola de 2º grau já que — quantitativamente falando — ela serve a uma minoria.

Nós, ao contrário, acreditamos ser extremamente importante democratizá-la, adequando-a às necessidades e expectativas daqueles que a freqüentam, especialmente os que dentro dela são os mais sacrificados: os alunos que estudam e trabalham e estão nos cursos noturnos.

Repensando as necessidades dos alunos com os quais interagimos, somos levados a concluir que os cursos técnicos a nível médio podem ser considerados como válidas perspectivas de escolarização e profissionalização.

Todavia, é preciso não correr o risco de interpretar ingenuamente os dados. Mesmo que a terminalidade ao final do 2º grau seja vista como um importante fator de oportunidade de melhoria de vida e ascensão profissional, seu alcance está necessariamente limitado à estrutura social e econômica.

Enquanto a sociedade mantiver os privilégios para o trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, a educação técnica continuará a ser relegada a segundo plano.

¹⁰ Estamos entendendo por democratização de oportunidades educacionais não apenas uma maior possibilidade de acesso ao ensino gratuito a todas as pessoas em todos os níveis, mas também a existência de um ensino de melhor qualidade para todos.

Por outro lado, tendo em vista as populações que podem beneficiar-se da educação técnica, julgamos inadiável repensar seus objetivos e a qualidade de seus conteúdos.

E para que isso possa ser realizado a contento, em termos de definição política, o ensino de 2º grau deve ser estudado na tríplice interação que estabelece com a profissionalização a nível médio, a profissionalização a nível de ensino superior e o modo de produção capitalista.

Nesse tripé, surgem como questões importantes: a crescente deteriorização do ensino superior desde que se tornou uma empresa de acumulação de capital para a indústria, comércio e serviços, o total desprestígio e desinteresse frente à profissionalização a nível médio, apesar de ser vista, pelos alunos, como produtiva e vantajosa; e a contínua extensão do tempo de escolaridade onde uma profissionalização de razoável prestígio exige, por parte dos alunos, a frequência aos bancos escolares por um período de pelo menos 16 anos de vida.

Se, por um lado, essa dilatação da escolaridade pode restringir a participação de alguns jovens na força de trabalho, reduzindo, assim, as estatísticas de desemprego pelo afastamento compulsório de todo um segmento da população do mercado produtivo, por outro lado é preciso levar em conta que essa não é a realidade da maioria de nossos sujeitos.

Ao contrário, são estudantes, mas nem por isso deixam de contribuir com sua força de trabalho para o desenvolvimento e manutenção do modo de produção capitalista. Reconhecem a sobrecarga que isso representa e quando insatisfeitos imaginam que o diploma de técnico pode vir a ser o "passaporte de ingresso" em ocupações mais gratificantes.

Não conseguem ser otimistas frente à continuação dos estudos de nível superior, não apenas pelas limitações impostas pelas condições materiais de sobrevivência, mas também devido à grande disponibilidade de profissionais de nível universitário, o que acaba por desenca-

dear exigências empregatícias muito mais ancoradas na quantidade de ofertas existentes do que no nível de instrução necessária.

Finalizando, gostaríamos de dizer que o levantamento dessas questões não implica no abandono da luta pela democratização do ensino superior. Representa, apenas, um ponto de partida para o reexame de profissionalização a nível de 2º grau tendo-se por base as necessidades, dificuldades e expectativas dos alunos que foram sujeitos dessa pesquisa. Alunos que não conseguem mais conceber as escolas como imensas organizações de adolescentes sentados aos quais se procura impingir uma educação reconhecidamente desvinculada do mundo do trabalho e das exigências ocupacionais e cada vez mais distante de conteúdos voltados para o desenvolvimento de uma indispensável qualificação técnica e de uma sólida postura crítica frente aos problemas históricos e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAVMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- CURY, A. J. et alii. *A Profissionalização do Ensino na Lei 5.692/77*, INEP, Brasília, 1982.
- FRANCO, Maria Laura P. B. "O Ensino de 2º Grau: democratização? Profissionalização? Ou nem uma coisa, nem outra?" *Cadernos de Pesquisa* nº 47, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1983.
- FRANCO, Maria Laura P. B. et alii. "Áreas Críticas e Distorções do Ensino de 2º Grau no Município de São Paulo", *Educação e Sociedade* nº 14, CEDES, Campinas, São Paulo, 1983.
- FRANCO, Maria Aparecida C. & CASTRO, C. M. "A Contribuição da Educação Técnica à Mobilidade Social", *Cadernos de Pesquisa* nº 36, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1981.
- MARX, K. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Editorial Estampa, Lisboa, 1974.
- RAMA, G.V. "Educacion y democracia", Proyecto Desarrollo y Educacion en America Latina, Buenos Aires, 1978.
- WANDERLEY, L.E. "Parâmetros Sociológicos da Inovação", in Walter Garcia (org.) *Inovação Educacional no Brasil: Problemas e Perspectivas*. Cortes Editora, Autores Associados, São Paulo, 1980.